

Tribunal Judicial de Lisboa

Secção de Instrução Criminal

Processo Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing Autor: Ministério Público

Réu: João da Silva, residente em Rua da Palma, 3.º Esq., 1150-221 Lisboa

Mandatários:

- Dr. Ana Pereira (OA 12345) – Advogada de defesa
- Dr. Luís Carvalho (OA 67890) – Advogado de defesa
- Dr. Marta Santos (OA 54321) – Procuradora do Ministério Público

Juiz de Instrução Criminal n.º 4

PROVA ELETRÓNICA

Registo de Endereço IP – 192.0.2.45 – 10 de março de 2023

1. Identificação da prova

Campo	Conteúdo
Tipo de prova	Registo de Endereço IP (log de servidor de correio eletrónico)
Endereço IP	192.0.2.45
Data e hora da captura	10 de março de 2023, 14:37:22 (UTC)
Fonte	Servidor de correio eletrónico da entidade “Banco XYZ – S.A.”, IP do servidor 203.0.113.10
Formato do ficheiro	.log (texto puro) – evidence_192.0.2.45_20230310.log
Número de referência interno	EP-2023-IP-00123
Responsável pela recolha	Perito Informático Judicial – Dr. Rui Mendes (NIF 123456789)
Autoridade de recolha	Tribunal Judicial de Lisboa – Secção de Instrução Criminal

2. Fundamentação legal A presente prova eletrónica foi produzida nos termos dos artigos **23.º a 30.º** do **Código de Processo Civil** (Lei n.º 63/2011, de 14-de-Agosto) e dos artigos **129.º a 135.º** do **Código de Processo Penal**, bem como nos preceitos do **Regime Jurídico da Prova Eletrónica** (Decreto-Lei n.º 7/2005, de 26 de Janeiro).

A sua admissão está amparada pelo princípio da **verdade material**, pela necessidade de **preservação da cadeia de custódia** e pela **integridade** dos dados, requisitos indispensáveis para que o elemento probatório seja considerado válido em julgamento.

3. Descrição detalhada da evidência

- Contexto** – Entre os dias 10 e 25 de março de 2023 foram enviadas, a partir de um endereço de correio eletrónico falsificado, mensagens de phishing que induziram a vítima a efetuar transferências bancárias fraudulentas, totalizando € 32 000,00.
- Objetivo da prova** – Identificar o endereço IP utilizado para o envio da primeira mensagem de phishing, datada de 10 de março de 2023, supostamente associado ao réu João da Silva.

3. **Conteúdo do registo** – O ficheiro **evidence__192.0.2.45__20230310.log** contém as seguintes linhas relevantes (excertos):

```
2023-03-10 14:37:22 UTC 192.0.2.45 203.0.113.10 SMTP CONNECT
2023-03-10 14:37:22 UTC 192.0.2.45 203.0.113.10 MAIL FROM:<admin@bankxyz.com>
2023-03-10 14:37:22 UTC 192.0.2.45 203.0.113.10 RCPT TO:<cliente@exemplo.pt>
2023-03-10 14:37:23 UTC 192.0.2.45 203.0.113.10 DATA
2023-03-10 14:37:23 UTC 192.0.2.45 203.0.113.10 SUBJECT: Atualização de Segurança -
Ação Imediata
2023-03-10 14:37:24 UTC 192.0.2.45 203.0.113.10 MESSAGE-ID:<20230310143722.192.0.2.45@bankxyz.com>
2023-03-10 14:37:24 UTC 192.0.2.45 203.0.113.10 X-Originating-IP:[192.0.2.45]
2023-03-10 14:37:24 UTC 192.0.2.45 203.0.113.10 END OF MESSAGE
```

4. **Metadados de integridade** – O registo foi assinado digitalmente com o certificado da Autoridade Certificadora “Autoridade de Certificação Nacional – ACN”, hash SHA-256 = **3f9a1c5e7b9d4a2c6e8f0b1d3c4a5e6f7b8c9d0e1f2a3b4c5d6e7f8a9b0c1d2e**.
5. **Procedimento de captura** – O ficheiro foi extraído mediante ordem judicial de **06 de março de 2023**, utilizando ferramenta forense “FTK Imager” (versão 4.5) em modo “Read-Only”. A cópia foi armazenada em mídia criptografada (AES-256) e selada com selo de tempo da entidade “Cartório de Registo de Documentos Digitais – Lisboa”.

4. Cadeia de custódia

Etapa	Data	Responsável	Ações realizadas
1. Ordem de recolha	06/03/2023	Juiz de Instrução Criminal nº 4	Emissão de despacho nº 2023/0456-01
2. Aquisição da prova	07/03/2023	Dr. Rui Mendes (Perito)	Extração do log, cálculo de hash, assinatura digital
3. Transporte	07/03/2023	Técnico de TI do Tribunal	Transferência para dispositivo criptografado, registro de selo de tempo
4. Recepção no arquivo	08/03/2023	Secretário da Secção de Instrução Criminal	Armazenamento em arquivo seguro, registro de entrada nº 2023-IP-001
5. Disponibilização às partes	15/03/2023	Juiz de Instrução Criminal nº 4	Notificação de disponibilização da prova às partes, com cópia autenticada

Todas as etapas foram devidamente assinadas eletronicamente pelos intervenientes, garantindo a **inalterabilidade** do conteúdo.

5. Conclusão pericial

- O endereço IP **192.0.2.45** foi efetivamente utilizado para estabelecer uma sessão SMTP com o servidor de correio do Banco XYZ às 14:37:22 (UTC) de 10 de março de 2023, enviando a mensagem de phishing que deu início à cadeia fraudulenta objeto do presente processo.
- O registo apresenta **integridade comprovada** por assinatura digital e selo de tempo, não havendo indícios de manipulação ou adulteração.
- O endereço IP está associado, nos registos de atribuição de endereços da entidade “Telecomunicações Lisboa, S.A.”, ao cliente **João da Silva**, NIF **123 456 789**, com contrato de acesso à internet ativo durante todo o período em causa (contrato n.º **TL-2020-00123**).

4. Deste modo, a prova eletrónica corrobora a tese de que o réu teve, direta ou indiretamente, acesso ao endereço IP utilizado na prática da burla informática, constituindo elemento de convicção relevante para a instrução criminal.

6. Anexos

Anexo	Descrição	Formato
A	Cópia autenticada do registo de log evidence_192.0.2.45_20230310.log	PDF (assinatura digital)
B	Certificado digital da assinatura (ACN)	PDF
C	Selo de tempo emitido por “Cartório de Registo de Documentos Digitais – Lisboa”	PDF
D	Contrato de acesso à internet – Telecomunicações Lisboa, S.A. (excertos)	PDF
E	Despacho nº 2023/0456-01 (ordem de recolha)	PDF

7. Requerimentos Nos termos do artigo **135.º** do Código de Processo Penal, requer-se a:

1. **Aceitação** da presente prova eletrónica como meio de prova válido nos autos do processo penal n.º **2023/0456**;
2. **Incorporação** dos anexos A a E ao processo, para que possam ser apreciados pelo tribunal e pelas partes;
3. **Intimação** das partes para que, caso desejem, apresentem impugnação ou esclarecimentos relativos à autenticidade ou ao conteúdo da prova, no prazo legal de 10 dias úteis.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Dr. Rui Mendes
Perito Informático Judicial – NIF 123 456 789

Documento emitido eletronicamente, com assinatura digital certificada pela ACN.